

A GEOGRAFIA NA NARRATIVA DE UM BARÃO PERCEPÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS NATURAL E URBANO AMAZÔNICOS NA OBRA "MOTINS POLÍTICOS"

*Luciano Demetrius Barbosa Lima**

Resumo: Este estudo objetiva analisar a presença de referências geográficas na obra intitulada "Motins Políticos" ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. O presente livro, elaborado em finais do século XIX pelo historiador e político Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), caracterizado pela descrição de uma série de conflitos políticos e sociais ocorridos no Grão-Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, e transformado, ao longo do século XX, em fonte central para a história da Cabanagem, também foi marcado por possuir diversas menções a aspectos físico-naturais do Grão-Pará. Ao investigar essas percepções, esse artigo pretende adentrar em um caminho pouco conhecido e instigante dessa narrativa, buscando conhecer mais sistematicamente as complexas interações entre História e Geografia na historiografia brasileira durante o Regime Imperial.

Palavras-chave: Amazônia, história, geografia, motins políticos, pensamento geográfico.

THE GEOGRAPHY IN THE NARRATIVE OF A BARON: PERCEPTIONS ABOUT THE SPACES NATURAL AND URBAN AMAZON IN THE BOOK "POLITICAL RIOTS"

Abstract: This study aims analyze the presence of geographic references in work titled "Political Riots" or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835. This book, elaborated in the end of nineteenth century, by the historian and political Domingos Antonio Raiol (Baron of Guajará), characterized by description a series the political and social conflicts occurred in Pará, between the decades of 1820 and 1830, and transformed, to Long of century XX in fount main for history of Cabanagem, too was marked by have several references to the aspects physical-natural of Grão-Pará. To investigate these perceptions, this article will enter in path little known and provocative of narrative, getting to know so more systematically the complex interactions between History and Geography of historiography in Brazil, during the Imperial Regime.

Keywords: Amazon, history, geography, political riots, geographical thought.

Introdução

Nas últimas décadas do século XIX, a Amazônia brasileira, com toda a sua "incomensurável riqueza biológica" (PÁDUA, 2000, p. 795),

começava a deixar de se constituir em uma "região economicamente marginal" (PÁDUA, 2000, p. 795), tornando-se alvo de intensas discussões e interesses em virtude de ações como o projeto de Livre Navegação Internacional e do desenvolvimento das exportações do látex. Despertando na "economia-mundo moderna, [...] mais especificamente o capitalismo industrial europeu e norte-americano" (PÁDUA, 2000, p. 795), o desejo de exploração e ocupação da respectiva floresta.

Naquele contexto, um bacharel, político e historiador paraense chamado Domingos Antônio Raiol¹, envolveu-se na pesquisa e escrita de sua mais extensa e conhecida obra intitulada "Motins Políticos"², expressando em uma das páginas desse livro, que na "entrada da grande baía de Marajó, entre as inúmeras ilhas que formam o admirável arquipélago do Amazonas, há uma que se destaca [...] descrevendo em seu curso uma curva por onde vai restituir à baía as águas que recebe sete ou oito léguas acima" (RAIOL, 1970, p. 732).

Como se pode perceber na citação, essa obra, embora direcionada à análise dos conflitos político-sociais deflagrados no Grão-Pará entre as décadas de 1820 e 1830, também envolveu em seus vários volumes, publicados entre 1865 e 1890, diversas referências a aspectos pertencentes ao mundo físico-natural amazônico, especificando em detalhes, características de rios, ilhas, florestas e até núcleos populacionais da região.

Nesse sentido, descrições que não gerariam nenhuma surpresa, caso estivessem presentes em algum compêndio de geografia ou hidrografia sobre a Amazônia na segunda metade do século XIX, como a obra "As Regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Grão-Pará e Amazonas" (ABREU, 1895), publicada pelo contemporâneo José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, se constituíram em ações constantes na narrativa de Raiol, revelando o interesse do autor em apresentar em seu livro, muito mais que as vicissitudes dos movimentos de rebelião, adentrando também nas especificidades físico-naturais que compõem o amplo "cenário" de lutas na região. Vale ressaltar que a presença de referências geográficas em "Motins Políticos" foi curiosamente "desprezada" pela historiografia posterior (HURLEY, 1936; CRUZ, 1942; ROCQUE, 1984; CHIAVENATO, 1984; DI PAOLO, 1990; SALLES, 1992), muito mais preocupada em focar eventos e personagens, postura que ajudou a superficializar grande parte desses estudos.

A preocupação de Raiol em estabelecer um "inventário de [...] horizontes geográficos [...] numa paisagem histórica" (GUSDORF, 1993, p. 3), não pode ser observada como um mero preciosismo por parte do autor, mas como portadora de significados próprios, sujeitos a interpretação. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a inserção de aspectos pertencentes ao mundo físico-natural na obra "Motins Políticos", na perspectiva de compreender mais

profundamente o livro e conseqüentemente as preocupações do Barão de Guajará em expor com riqueza de informações, os diversos "cenários" geográficos em que foram deflagradas as lutas da Cabanagem.

Dessa forma, como ressaltou Carlo Ginzburg, para quem os historiadores cada "vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado" (GINZBURG, 1987, p. 15). A predominância nos últimos cem anos, de análises com enfoques político-sociais na obra do Barão do Guajará, ocasionou uma perceptível lacuna de trabalhos referentes a outras características, que tanto auxiliariam no conhecimento dos escritos desse historiador. Por isso, a investigação dos variados aspectos pertencentes ao campo geográfico como: o clima, praias, rios, florestas, campos, planícies e cidades, inseridos na obra "Motins Políticos", contribui no sentido de aprofundar a análise das lutas político-sociais deflagradas na Amazônia, durante a primeira metade do século XIX, ao revelar as perspectivas e pensamentos de Raiol em expor um "cenário" portador de características próprias.

Após essas considerações, torna-se relevante conhecer no próximo tópico, como História e Geografia, áreas de conhecimento muito próximas, se consolidaram nos espaços acadêmicos da Europa e dos EUA, e, porque, praticamente no mesmo contexto, passaram a estabelecer uma intensa interação entre si.

Aproximações entre História e Geografia

Historiadores sejam geógrafos. [...] não fechem os olhos ao grande movimento que, à vossa frente, transforma, a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar da costa, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria. (FEBVRE, 1985, p. 56).

No final do século XIX, período no qual a História "passou por uma espécie de repaginação teórica que culminou em sua cientificização" (MARTINS, 2010, p. 8), outra área de conhecimento acadêmico, a Geografia, também se tornou uma "ciência autônoma" (STEFANELLO, 2008, p. 21). Essa nova condição foi propiciada particularmente através dos estudos de "Humboldt (naturalista e viajante) [...] Ritter (filósofo e historiador) e de seus sucessores no final do século XIX: Ratzel [...] e Elisée Reclus" (STEFANELLO, 2008, p. 21) que através de diversos trabalhos contribuíram para institucionalizar esse campo de conhecimento.

Nesse sentido, o campo geográfico se constituiu em uma das primeiras ciências do homem a passar por um processo de renovação "graças ao desenvolvimento da geografia humana", que de forma

semelhante "a história [...] se afirma desde seu início" (LE GOFF, 2005, p. 33), ao considerar "simultaneamente, a paisagem contemporânea e os documentos dos antigos arquivos" (ARIÉS, 1990, p. 474).

Na virada do século, os estudos geográficos realizados na França pela "Escola de Vidal de La Blache" (ARIÉS, 1990, p. 474), integrada por nomes como: "Jean Brunhes (1869- 1930), Albert Demangeon (1872-1940) e Jules Sion (1878-1940) foram os promotores de uma ciência humana, ciência dos homens" (LE GOFF, 2005, p. 33). A abertura dessas perspectivas influenciou diretamente a escrita e pesquisa historiográfica nos anos seguintes. Assim, quando a partir das décadas de 1920 e 1930 "estudiosos alemães, franceses e ingleses [...] produziram obras que delimitaram, entre a geografia humana ou histórica [...] um campo novo" (SILVA, 1997, p. 203), essa "proximidade" já se constituía em prática relativamente comum.

Ocasionado nas últimas décadas do século XIX, o processo de aproximação entre o campo Histórico e o Geográfico, influenciou os intelectuais fundadores da "Escola dos Annales", que passaram a funcionar como um dos seus principais grupos interlocutores. É importante ressaltar que a corrente geográfica adotada pelos representantes desse movimento foi a da escola "Francesa Vidaliana", em oposição à "geopolítica alemã de Ratzel", estabelecendo a "constituição de uma aliança geo-histórica fundamental na identidade da escrita historiográfica da primeira geração da Revista dos Annales" (DOSSE, 2001, p. 21).

Dessa forma, sob o impacto dos pensamentos desses geógrafos, os principais expoentes da historiografia francesa no início do século XX: "Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel (cuja 'direção de estudos' na VI seção da École Pratique des Hautes Études se intitulava, desde a sua criação em 1947, 'história geográfica') " (LE GOFF, 2005, p. 33), estabeleceram em suas pesquisas um "tipo de história que não se orientava por um referencial cronológico e acontecimental (èvenementielle), mas lógico [...] e gráfico (geográfico, demográfico)" (BENATTE, 2007, p. 21).

Através dessas transformações, pode-se perceber que o próprio desenvolvimento da chamada História Nova teve ligações com os estudos de geógrafos como Vidal de La Blache "autor da introdução geográfica à monumental 'História da França'" (ARIÉS, 1990, p. 474), e Jean Brunhes, que ao estabelecerem estudos de uma "geografia humana", acabaram por influenciar diretamente os historiadores franceses.

Fernand Braudel transformou-se em um dos mais destacados historiadores a pensar nas interações entre História e Geografia. Esse autor, através de sua conhecida obra "O Mediterrâneo", traçou algumas linhas interessantes sobre esta relação, que ele chamava de Geo-história. Em seu pensamento, deve-se analisar os "problemas humanos de tal modo que uma geografia humana inteligente os veja

dispostos no espaço e, se possível, cartografados" (BRAUDEL, 1983, p. 125). Em consequência, torna-se possível "colocá-los não somente no presente e para o presente, colocá-los no passado, torná-los parte do tempo; deslocar a geografia de sua busca das realidades atuais, à qual ela exclusivamente – ou quase – se aplica" (BRAUDEL, 1983, p. 125), convencendo-a a contribuir, com seus "métodos e seu espírito, as realidades passadas e, nesse caminho, o que se poderia chamar os futuros da história" (BRAUDEL, 1983, p. 125).

Ao ressaltar em seus escritos, a importância da Geografia para o entendimento da História, Fernand Braudel deixava transparecer sua concepção, no sentido de aproximar essas duas áreas de conhecimento. Ainda, em sua narrativa de "O Mediterrâneo", esse autor defende que as "mudanças históricas ocorrem em compassos diferentes" (BURKE, 2002, p. 211). Nessa linha de pensamento, a geo-história, presente na primeira parte da obra, ganha um papel relevante, se constituindo na "verdadeira matéria de estudo história", ao apresentar a relação do "homem com o seu meio" (BURKE, 1997, p. 49).

Posteriormente, em seu livro intitulado "Escritos sobre a História", Fernand Braudel, aprofunda as reflexões sobre a importância do pensamento geográfico, ao expor a suposta "dívida" da história frente a essa área de conhecimento, ao expressar que:

Há necessidade de expor longamente sua dívida em relação à geografia, ou à economia política, ou ainda à sociologia? [refere-se à História]. Uma das obras mais fecundas para a história, talvez mesmo a mais fecunda de todas, terá sido a de Vidal de La Blache, historiador de origem, geógrafo de vocação. Diriam de bom grado que o *Tableau de la géographie de la France*, publicado em 1903, ao umbral da grande história da França de Ernest Lavisse, é uma das maiores obras não apenas da escola geográfica, mas também da escola histórica francesa (BRAUDEL, 1992, p. 50).

Através da inserção de elementos que integram o espaço físico-natural, Fernand Braudel acreditava na possibilidade de construção de uma "história particularmente lenta das civilizações, nas suas profundezas abissais, nos seus traços estruturais e geográficos" (BRAUDEL, 1992, p. 21). O impacto das reflexões de Braudel foi significativo no meio historiográfico, influenciando os pensamentos e escritos de muitos estudiosos.

Nesse sentido, o historiador francês Michel Vovelle, expressa na obra "A História Nova", que foi a partir da "geo-história que F. Braudel, como outros líderes dos primeiros *Annales*, quis enraizar a volta ao tempo longo, o que refletia bem um tempo de intercâmbios fecundos

entre história e geografia" (VOVELLE, 2005, p. 89). O impacto da obra de Braudel, como fortalecedora das interações entre os campos da história e geografia, acabou influenciando muitos outros estudos posteriores, em várias partes do mundo. Além disso, eles também possibilitaram o surgimento de novas percepções e consolidaram o valor de análises que procuravam interagir estas duas áreas de conhecimento.

Sobre esse aspecto, o historiador Manuel Gonzáles de Molina, ressaltou a importância dos Annales, particularmente as investigações realizadas por Fernand Braudel, para a difusão de estudos geohistóricos. Para Molina as análises realizadas por esta escola: especialmente "a las obras de Fernand Braudel, El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en tiempos de Felipe II y Emmanuel Le Roy Ladurie, Los campesinos del Languedoc, quienes dedicaron [...] por la fuerte tradición de la Geografía francesa" (MOLINA, 1993, p. 6).

No entanto, embora as relações entre História e Geografia tenham constituído um modelo original e instigante na área das ciências humanas, no contexto europeu e norte-americano de finais do século XIX e início do XX, essas informações, pouco explicam a interação entre essas ciências no meio intelectual brasileiro, estabelecido no contexto do Regime Imperial. Assim, o próximo tópico irá apresentar um breve esboço sobre as aproximações entre História e Geografia em âmbito Nacional, mais especificamente a partir dos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Analisando o evento, conhecendo o lugar: História e Geografia sob a égide do IHGB

Fundado em 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se constituiu em um dos principais centros de conhecimento do Brasil durante o Segundo Reinado. Seus organizadores, que compunham a elite dos quadros político e intelectual no país, tinham a preocupação direta de estabelecer uma identidade para um Regime Imperial em fase de consolidação, passando a incentivar a realização de estudos que abordassem aspectos referentes aos acontecimentos do passado, ao lado de outras análises direcionadas ao espaço geográfico da jovem nação, também pouco conhecido.

Dessa forma, a tarefa de elaborar uma história nacional a partir da produção de monografias regionais, somava-se a perspectiva de conhecer mais apuradamente o território brasileiro, em suas belezas, riquezas, diversidade e grandiosidade, pois uma "nação recém-independente precisava de um passado do que pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro" (REIS, 1999, p. 25), legitimando os anseios patrióticos do status quo Imperial.

A perspectiva de incentivar estudos referentes aos eventos históricos em conjunto com os geográficos, em um território Nacional

ainda pouco conhecido e não consolidado em suas respectivas fronteiras com países vizinhos da América do Sul, acrescida da influência de instituições científicas da Europa, como *Institut Historique* de Paris e o apoio institucional do Regime Imperial, contribuiu para que um grupo de intelectuais brasileiros, liderados por Raimundo José da Cunha Matos e de Januário da Cunha Barbosa, definissem os caminhos da instituição por eles criada, que contava com o sugestivo nome de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo estatuto era bastante explícito, quanto à importância da Geografia:

O Brasil guarda nas entranhas de suas terras, e assim também nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, thesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistencia nas grandes empresas, jamais se conseguirá a gloria que abrilhanta os nomes dos bons servidores da patria. A geographia he a luz da historia, e a historia, tirando da obscuridade as memorias da pátria, honra por isso mesmo aos que lhe consagrão constantes desvellos (REVISTA DO IHGB, 1839, p. 3-4).

Como a citação deixa transparecer, a importância dos estudos geográficos para essa instituição, não estava limitada a simples descrição do espaço nacional, ela consistia em uma tarefa muito mais profunda, sintetizada na concepção de que somente o conhecimento mais sistemático do território brasileiro possibilitaria o alcance ou descoberta de "thesouros preciosos", que embora explicitados de forma genérica, indicariam tanto a ideia de riquezas naturais ou minerais, como também de conhecimento sobre o novo país.

Além desse ponto, em momento algum da citação, a Geografia é colocada em situação de inferioridade em relação aos estudos históricos, pois como fica bastante explícito na frase: "A geographia he a luz da historia", esta condição adquire um nítido tom de complementação, situando essas áreas de conhecimento, em um mesmo patamar de importância.

Encarregado pela produção de um saber histórico e geográfico no Brasil Imperial, o Instituto também foi reflexo do momento em que estes dois campos de estudo, almejavam, principalmente em solo europeu, o status de ciência, como foi observado no tópico anterior. Assim, o próprio Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, chegou a expressar em uma das seções do instituto que: "Separar a história da geografia é fazer retroceder a ciência, é não querer atingir o seu fim" (BARBOSA, 1840, p. 588).

Além disso, o surgimento dessa instituição adequava-se a vários interesses políticos e intelectuais presentes no seio da nascente

monarquia brasileira, tarefa considerada substancial, em uma nação que ainda buscava firmar-se geograficamente, em uma época de grandes contestações e revoltas provinciais, caracterizadas em diversos momentos por propostas separatistas.

Dessa forma, influenciados por todas essas situações, os membros do IHGB consideravam indissociáveis em suas respectivas narrativas, a inserção de aspectos geográficos em estudos históricos, ou vice-versa, pois, a perspectiva de articular as histórias provinciais em um caráter Nacional passava também pela realização de descrições do território brasileiro, não apenas em suas conotações político-sociais, mas também em sua diversidade físico-natural, assim:

O território e a população tornaram-se alvos específicos de projetos simultaneamente científicos e políticos que visavam a uma dupla multiplicação: do território, explorando suas riquezas e administrando-o em suas margens geopolíticas e em suas minúsculas reentrâncias, toda uma contabilidade e topologia dos problemas e potencialidades econômicas (FERREIRA, 2006, p. 288).

Como pode-se verificar na citação, a relação entre a Geografia e a História constitui-se em algo comum nos trabalhos de diversos sócios do Instituto, representando um caminho importante, que foi seguido em diversos estudos realizados em todo o país, sintetizando o fortalecimento da ideia que acrescentava a "centralização política do Império uma centralização geográfica" (FERREIRA, 2006, p. 280).

Dessa forma, embora as descrições geográficas presentes nas obras de diversos membros do Instituto, muitas vezes estivessem voltadas para referendar ou localizar os eventos políticos, em várias narrativas elas não ficaram limitadas a essa perspectiva, possuindo também interessantes informações do espaço natural de diversas regiões brasileiras, particularmente no contexto histórico Colonial e Imperial. Em algumas situações, essas narrativas, ao descreverem rios, ilhas e florestas e cidades, almejaram indiretamente superar possíveis limitações existentes nos estudos geográficos produzidos no país, pois:

Se os arquivos das ações políticas pretéritas não asseguram, *stricto sensu*, a legitimidade dos contornos geográficos, há que escrutinar a natureza. Instalar-lhe um inquérito cerrado. Congregar olhar e discurso a fim de se registrar, no presente, a materialidade do espaço e de suas populações. Desbravar os espaços limítrofes e áreas desconhecidas, os sertões que se supunham com

acanhadas povoações e dilatadas matas (FERREIRA, 2006, p. 279).

Nesse sentido, a realização de análises, unindo aspectos da História e Geografia por parte de alguns membros do IHGB, também pode ser percebida como fruto dos interesses de uma parte de elite intelectual brasileira, pertencente à capital imperial ou as diversas províncias, que inspirada pelos valores europeus, sentia necessidade não apenas de elaborar uma História Nacional, mas também de conhecer, de forma específica, o espaço brasileiro em suas riquezas e potencialidades.

Além disso, se o par História/Geografia estava ligado à própria formação e objetivos do IHGB, muitos intelectuais inseridos na instituição optaram por elaborar seus respectivos estudos privilegiando uma destas áreas, mas quase sempre destinando certo "espaço" a outra em seus escritos. Era essa elite intelectual, formada por burocratas, advogados, médicos, engenheiros, etc., em busca de reconhecimento, prestígio e na perspectiva de aproximar o Brasil das "nações civilizadas", passou a realizar, por intermédio e apoio financeiro do IHGB, variados estudos históricos e geográficos no território do Império, almejando:

Registrar o espaço e suas populações, para tornar o IHGB uma Casa de Salomão, [...] conforme se vê nas inúmeras publicações em geografia e em história natural do IHGB – diferentes disciplinas e variados objetos. De um lado, a geografia caminha junto à história natural, ambas percorrendo o território e descrevendo em pormenores as regiões exploradas: extensão dos rios e altitude das montanhas, inventário e classificação das riquezas naturais. Olhar abrangente, registro cuidadoso e totalizador que, também, faz que a geografia rastreie as regiões junto à estatística, à demografia e à economia política: cálculo das relações entre a densidade populacional e a extensão dos territórios; avaliação administrativa das instituições provinciais, de seus regulamentos e divisões políticas e civis, de suas forças e meios de produção, da capacidade de seus portos, do potencial de suas redes hidrográficas e estradas; avaliação arqueológica e etnográfica, [...] das populações indígenas, de suas técnicas agrícolas, de seu teor civilizacional medido através do universo lingüístico, da organização social e da cultura material, localização geográfica e demografia de seus variados grupos (FERREIRA, 2006, p. 279).

Ao propor esse modo de elaborar estudos Geográficos e Históricos, o quadro dirigente do IHGB almejava estabelecer um amplo panorama envolvendo conhecimentos diversos direcionados ao território e sociedade Imperial. Havia por traz desse interesse uma obstinada convicção de que era possível construir, a partir das diversas monografias regionais, um quadro integral abrangendo o saber científico sobre a jovem nação.

A partir dessa perspectiva, o projeto estabelecido pela elite intelectual brasileira, criadora do IHGB, possuía como um dos principais fios condutores, não apenas a ramificação das memórias históricas pertencentes às diversas províncias do Império, mas também, incentivar a realização de estudos geográficos em geral, com o objetivo de consolidar uma política de caráter centralizador, pois se a "extensão territorial dificulta essa unificação, ele propõe que se façam histórias regionais que garantam uma direção à centralização" (REIS, 1999, p. 27).

Através desses objetivos, o IHGB teve nos anos subsequentes, a adesão de diversos autores e políticos brasileiros, imbuídos do espírito de elaborar para a Nação um passado histórico, cujo conhecimento geográfico teria grande importância. Além disso, esse mesmo projeto adequava-se ao próprio processo de construção do Império brasileiro, em seus valores culturais e principalmente na manutenção da unidade territorial, ambos profundamente influenciados pelos cânones europeus.

Vale ressaltar que a presença desses objetivos por parte da elite intelectual e institucional Imperial, foi diretamente absorvida por um bacharel, político e historiador paraense chamado Domingos Antônio Raiol, que através de sua obra "Motins Políticos", não apenas conseguiu integrar em 1866 os quadros do IHGB, como também, inserindo no projeto de construção de uma História Nacional e conhecedor da importância da Geografia, apresentou, nos vários tomos de sua obra, inúmeras descrições sobre o espaço físico-natural amazônico, como será analisado no próximo tópico.

Descrevendo o "cenário" de lutas: os motins no Grão-Pará sob o olhar geográfico

É impossível avaliar a enorme influência que o espaço físico-natural amazônico teve durante o processo de deflagração dos conflitos político-sociais que abalaram a região nos anos de 1820 a 1840. Longe de representarem um "cenário" inerte durante os momentos de subversão, rios, florestas, ilhas e cidades do Grão-Pará simbolizaram áreas de disputa ou refúgio (LIMA, 2009), onde se digladiavam grupos rivais em sua luta pelo poder.

Essa importância Geográfica nos acontecimentos da Cabanagem¹ foi captada algumas décadas depois por um historiador

paraense chamado Domingos Antônio Raiol, que em sua obra "Motins Políticos", fez diversas referências ao mundo amazônico. Assim, embora tenha apresentado em seus escritos, um leque variado de personagens e acontecimentos políticos, a presença de descrições geográficas foi uma constante no texto do Barão de Guajará, representando não apenas uma maneira de estabelecer um "pano de fundo" para os eventos descritos, mas também como uma forma de assegurar maior autenticidade na narrativa dos mesmos.

Além dessas características, o livro sobre as lutas político-sociais no Grão-Pará, posto à disposição dos leitores por Domingos Antônio Raiol, procurou apresentar o "cenário" amazônico de conflitos, a partir do ordenamento de diversos elementos que compunham o espaço físico-natural no sentido de complementar ou "ilustrar" a História acontecimental. Contudo, mais do que um "pano de fundo", os aspectos Geográficos passaram a possuir significados próprios, podendo em alguns momentos, "retratar" características do mundo natural amazônico, por meio de descrições paisagísticas, inseridas no pensamento romântico do qual Raiol foi influenciado na segunda metade do século XIX (ABREU, 2010), como pode-se observar na exposição da região do Guajará, presente a seguir:

Pelo nascente descortina o Guajará que alarga e se encaminha pujante para o oceano. Pelo poente lobriga a ilha de Marajó, cujas costas em dias serenos se avistam saindo das águas como negras sombras no horizonte. Pelo norte mira o Atlântico, sem contudo poder devassá-la na sua amplidão pela distância em que se acha ao longo da costa, sempre semeada de ilhas que se interpõem umas às outras, interceptando a vista na imensidade do oceano. Pelo sul enfim encara as ilhas de Cutijuba e Paquetá, e mais ao longe a cidade de Belém que, a doze milhas, se ergue sobranceira à margem do Guajará, ostentando os zimbórios dos seus templos e principais edifícios (RAIOL, 1970, p.863).

Nessa perspectiva, o Barão não estava preocupado apenas em descrever os acontecimentos políticos ou sociais, mas também objetivava expor em detalhes, os diferentes espaços, nos quais, esta história era narrada. Vale ressaltar, que além de fazer uso dos escritos de variados estudiosos sobre a região, como Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (CERQUEIRA E SILVA, 1833) e Antônio Ladislau Monteiro Baena (BAENA, 1838), Domingos Antônio Raiol tinha a vantagem de ter nascido e vivido na Amazônia. Assim, muitos espaços geográficos naturais, presentes em sua narrativa referente à fase do Primeiro Reinado e Regência, ainda guardavam alguma semelhança nas últimas

décadas do século XIX, fazendo com que suas descrições ganhassem importância, pela proximidade temporal e espacial com os eventos apresentados.

Por outro lado, a necessidade de expor para a intelectualidade nacional um conhecimento mais sistemático sobre eventos de caráter político, social e econômico, deflagrados em uma província do Norte, acrescida de seus caracteres geográficos, também era pertinente para estudiosos como Raiol, já que a região, como ele mesmo ressalta, tinha sido pouquíssimo analisada. Assim, esse autor possuía a percepção de que sua narrativa ganharia ares ainda mais "realistas", se em conjunto com os eventos político-sociais houvesse também, uma descrição pormenorizada do espaço geográfico local, como algo importante e inseparável da narrativa.

Por isso, mesmo assumindo cargos políticos em áreas distantes de sua terra natal, e escrevendo seu livro a partir de regiões como o Rio de Janeiro, esse autor valorizou as considerações acerca do meio geográfico, sublinhando a importância de pôr em "relevo", diversos pontos da Amazônia em sua narrativa. Não por acaso, o Barão, em diversos momentos, pensa o meio urbano como "espaço da civilidade" (NAXARA, 2004, p. 98) e a vasta região Norte, em suas florestas, rios e ilhas, através de um enfoque presente no século XIX, que se caracterizava pela "valorização da paisagem" (NAXARA, 2004, p. 69), como a citação a seguir esclarece:

Aí o rio se estende por entre centenas de ilhas que formam um variado arquipélago fronteiro a Cametá, e apresenta largos horizontes assemelhando-se a um extenso lado marginado de inúmeros cacoeiros e palmeiras; e remontando o seu curso sempre caudaloso e de límpidas águas até unir-se ao Araguaia, seu poderoso afluente, vai ter quase à capital de Goiás, que é centro geográfico do império, percorrendo de sul a norte mas de metade do território brasileiro (RAIOL, 1970, p. 697).

O conhecimento de alguns, dos vários núcleos populacionais aí incluindo Cametá, estava também estreitamente ligado ao interesse de expor a vastidão do Império brasileiro, e o poder deste. Assim, os limites quase sempre grandiosos, e a enorme potencialidade de suas terras e rios, simbolizavam também implicitamente o interesse de legitimar o poder de D. Pedro II, sobre "regiões consideradas e representadas como atrasadas, selvagens e bárbaras, assim como aquelas que se estabelecem no interior mesmo dessas regiões" (NAXARA, 2004, p. 68).

Além disso, a apresentação dos espaços geográficos do Grão-Pará adequava-se a toda uma "necessidade" de compreensão do

espaço brasileiro, já bastante enfatizada por diversos viajantes estrangeiros, mas que também, deveria ser complementada por estudiosos brasileiros.

Outro ponto interessante dessa e das demais referências geográficas, presentes na obra "Motins Políticos", foi que o Barão também procurou realizar uma constante análise das transformações ocorridas não apenas no meio natural, percebendo de forma específica, alguns dos impactos ocasionados pela ação do homem na província do Grão-Pará.

Nesse sentido, em diversos momentos de sua narrativa, esse autor dedicou-se na tarefa de realizar algo além da história factual, preocupando-se em expor, a partir de sua memória pessoal, ou com auxílio de outras fontes, muitas vezes em detalhes, aspectos pertencentes à Geografia da região, como por exemplo, a descrição minuciosa da ilha de Tatuoca, local de refúgio de grande parte dos moradores de Belém, durante os conflitos entre "tropas legais" e "rebeldes":

O perímetro desta ilha é de 1.270, e a sua área de 11.241 metros quadrados. Uma tão pequena extensão coloca-a entre as menores da barra do Pará. [...] As três outras faces não oferecem abrigo; são inacessíveis em certas horas do dia. Cercadas de penedias que em tempos de vazante se elevam acima das águas nas encostas da ilha, lutam sem cessar com o mar revólto que lhes vem bater de encontro, impellido pela fôrça da corrente e das ventanias (RAIOL, 1970, p.863).

Mesmo elaborando grande parte das páginas de seu livro, em regiões bem distantes da Amazônia, Domingos Antônio Raiol almejava descrever o espaço físico-natural da região, com o mínimo de detalhes possível. Além disso, por meio dessa explanação sobre a ilha de Tatuoca, localizada nas proximidades de Belém, e apresentada como um dos principais cenários dos conflitos no Grão-Pará, Domingos Antônio Raiol demonstrava de interesse direto em apresentar minuciosamente alguns espaços que serviram de refúgio para a população, durante as lutas político-sociais na Amazônia.

É importante também ressaltar que os escritos do Barão não se restringiam em detalhar características da Geografia natural. Suas preocupações, em alguns momentos também se voltaram para pormenorizar aspectos pertencentes às transformações ocasionadas na topografia urbana, como fica perceptível nas palavras abaixo:

A cidade tinha nessa época 1.400 braças de frente à margem do Guajará. Da ponta do Castelo, que tem a

forma de um cotovêlo dividindo-a em duas partes distintas, havia para o lado da barra uma extensão de 800 braças até o convento de Santo Antônio, e de 600 para o lado oposto até o arsenal de marinha. No litoral só havia um pequeno cais de pedras desde êste convento até à travessa das Gaivotas, hoje chamada Primeiro de Março, e uma mal construída rampa, a mesma denominada Ponte de Pedras de que já temos tratado, fronteira à travessa do Pelourinho, atualmente Sete de Setembro; ficava esta rampa no local onde ora está edificado o Mercado público. Nada mais havia dêste ponto em diante a não ser uma tôsca escada no conhecido Pôrto do Sal (RAIOL, 1970, p.838).

Nesse trecho de "Motins Políticos", cumpre sublinhar a disposição de Domingos Antônio Raiol em realizar mais que uma tentativa de reconstituir o espaço urbano de Belém. Ele também procurou apresentar detalhadamente ilhas, rios e florestas, e outros aspectos variados que integravam as principais artérias da capital do Grão-Pará. Assim, longe de uma análise superficial, este autor, a partir das informações que dispunha, ou do conhecimento presencial de algumas áreas, discorreu em múltiplos momentos sobre características específicas da respectiva cidade. Dessa forma, com o intuito de registrar de forma precisa o espaço, território, extensão, hidrografia etc. O Barão fez em relação à Belém, no decorrer de algumas páginas, uma espécie de "inventário", através do qual descreveu esse núcleo populacional de forma minuciosa.

Nesse sentido, os espaços urbanos deveriam estar presentes não apenas em descrições simplórias, mas ao mesmo tempo em seu processo de desenvolvimento histórico, sua população, economia, limites e meio natural circundante, estabelecendo um registro minucioso de seus aspectos geográficos. Um exemplo claro deste objetivo, pode ser percebido nas palavras a seguir, correspondentes aos limites do território pertencente ao núcleo populacional de Vigia:

O seu território tem dez léguas de leste a oeste e dezoito de norte a sul, e é cortado de muitos rios mais ou menos caudalosos em todas as direções. Além do Tujal, Açaí e Tauapará que lhe ficam próximos, há o Tauá na baía do sol, o Bituba, Mamaiacu, Pereira, Guarimã, Curuçá e Anauerá no canal que separa do continente a ilha de Colares, o Araceteua, Barreta, Camapu e outros de menor importância, que deságuam diretamente na baía de Marajó (RAIOL, 1970, p.733).

Ao analisar os limites desta localidade, sua terra natal, e "palco" importante da ocorrência dos movimentos de rebelião regenciais, Raiol deixa perceber, que no decorrer do texto de "Motins Políticos", a constante referência de pontos da topografia urbana de algumas vilas e cidades onde as lutas sociais haviam sido deflagradas tornavam-se um passo significativo para o conhecimento profundo das mesmas, acrescentando a história dos eventos político-sociais, informações geográficas capazes de mediar a narrativa sobre os "motins" em seus diversos significados.

O Barão parecia compreender, principalmente em razão das viagens a outras regiões do Império, a enorme diversidade humana, natural e física do Brasil, daí a preocupação em retratar da maneira mais próxima possível, algumas características do espaço Geográfico paraense e seus limites e especificidades, no contexto da primeira metade do século XIX, quando foram deflagradas as lutas no Grão-Pará.

Considerações finais

A ênfase aos elementos integrantes do mundo natural, em detrimento aos aspectos humanos na obra "Motins Políticos", se constitui em característica reveladora da inserção da narrativa de Domingos Antônio Raiol na matriz filosófica positivista, responsável por permear o pensamento geográfico brasileiro em fins do século XIX, restringindo seus estudos aos "aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis" (MORAES, 2005, p. 39), e conferindo ao cientista o mero papel de observador.

Nesse sentido, ao elaborar um estudo que enfatiza os aspectos naturais, o Barão de Guajará apresenta o homem "como um elemento a mais da paisagem, como um dado do lugar" (MORAES, 2005, p. 40-41), reduzindo o papel da relação entre meio natural e humano em sua narrativa. Dessa forma, a obra "Motins Políticos" harmoniza-se com o pensamento geográfico tradicional, que possui como fundamento a concepção positivista, portadora de uma "postura geral, profundamente empirista e naturalista" (MORAES, 2005, p. 41).

Por outro lado, as explicações de Raiol sobre os limites geográficos de Belém e Vigia, correspondem a somente alguns exemplos, dos diferentes encaminhamentos que sua obra pode possuir. Geografia e História, não aparecem dissociadas nas narrativas do Barão, elas se complementam, transformando esses escritos em um documento indispensável, para o melhor entendimento do meio físico-natural no Pará do século XIX.

Nesse sentido, seja na exposição do meio natural, ou mesmo do urbano, o Barão do Guajará demonstrou, do início ao fim de sua obra, a preocupação em apresentar o "espaço dos motins". Ele parecia ter consciência da importância em delinear para seus leitores em todo o

Brasil, que as lutas sociais no Pará da primeira metade do século XIX, tinham especificidades, principalmente no meio geográfico, que as diferenciavam das ocorridas em outras partes do Império.

Nessa perspectiva, "Motins Políticos" não pode ser caracterizada como uma obra portadora unicamente de descrições referentes as lutas políticas e seus "heróis", nela o espaço Geográfico, em seus múltiplos aspectos está incessantemente presente, propiciando ao leitor uma visualização ampla das percepções de Raiol sobre algumas áreas da Amazônia no século XIX, particularmente aquelas que foram "cenário" dos movimentos de rebelião.

Assim, ao inserir aspectos Geográficos em sua escrita o Barão do Guajará, não almejava vislumbrar esses espaços como "simples" "pano de fundo", para as massas rebeladas, mas a partir de múltiplas significações, que poderiam representar "refúgio", "proteção" ou mesmo a "morte" durante o processo de lutas político-sociais.

Graças a esse enfoque direcionado a aspectos geográficos amazônicos, Domingos Antônio Raiol conseguiu propiciar uma narrativa histórica portadora de parâmetros físico-naturais apropriados, capazes de possibilitar um reconhecimento preciso da ampla região atingida pelo movimento cabano no Grão-Pará. Assim, a Geografia não apenas ajuda a mediar a História narrada pelo Barão, ela, ao propiciar "cores" e "formas" aos espaços de lutas, estabeleceu outra dimensão aos acontecimentos descritos, que adquirem sentido e profundidade.

A partir dessas referências ao espaço físico-natural amazônico, torna-se perceptível que a obra "Motins Políticos" não pode, nem deve ser considerada uma narrativa restrita a análise das lutas político-sociais, possuindo variados caminhos, dos quais muitos ainda têm de ser investigados. Assim, em uma obra com mais de mil páginas, escrita no decorrer de três décadas do século XIX, possuidora de uma grande diversidade de detalhes ainda a serem analisados, a visualização de algumas descrições geográficas significa apenas uma pequena "gota", no verdadeiro, "mar" de informações sobre múltiplas temáticas que estes tomos podem abarcar.

Finalmente, torna-se necessário, realizar através da ótica da História Social, uma releitura dos tomos de "Motins Políticos", e também dos demais estudos de Domingos Antônio Raiol, pois, se suas obras forem investigadas além de sua "superfície" político-social, poderão revelar muitos outros detalhes sobre o passado paraense, amazônico e brasileiro ainda pouco conhecidos.

Notas

* Mestre em História pela Universidade Federal do Pará. Professor AD 4 da Secretaria de Estado de Educação do Pará. E-mail: dehistoriador@yahoo.com.br

^{Mark} Domingos Antônio Raiol, filho de Pedro Antonio Raiol e Archangela Maria da Costa Raiol, nasceu no núcleo populacional de Vigia em 30 de março de 1830. Em 1835, após um ataque dos cabanos em sua terra natal ficou órfão, mas com auxílio de familiares, principalmente de seu primo Bernardo de Sousa Franco, conseguiu concluir os estudos iniciais em Belém, seguindo posteriormente para Pernambuco, onde estudou na Faculdade de Olinda, formando-se bacharel em 1854. Em 1856, após algum tempo no Rio de Janeiro retornou a Belém, onde trabalhou inicialmente como advogado, sendo nomeado logo em seguida para o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria e Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional. Na década de 1860, através do Partido Liberal, adentrou na carreira política, sendo eleito Deputado a Assembléia Provincial e posteriormente a Geral. Por indicação Imperial foi Presidente Provincial em Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883), nesse mesmo contexto foi agraciado com o título de Barão de Guajará (1883). Com o início da República abandonou a vida política, faleceu em Belém no ano de 1912.

² O 1º tomo foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

³ A Capitania do Grão-Pará foi criada no início do século XVII (1621), através da jurisdição do Governo-Geral do Brasil, na época sob domínio espanhol. Ela correspondia a grande parte da Amazônia brasileira atual e era subordinada a Capitania do Maranhão. Posteriormente, já no século XIX, ocorreu o desmembramento do Grão-Pará em duas partes, formando as províncias do Pará e do Amazonas.

⁴ Movimento social e político, deflagrado na Amazônia brasileira entre 1835 e 1840, no qual os grupos sociais subalternos lado a lado com lideranças político-partidárias oriundas dos setores proprietários de terras, lutaram contra o autoritarismo do poder regencial e lusitano na região. Durante os embates, os rebeldes liderados por nomes como José Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, chegaram a conquistar a capital provincial Belém em dois momentos, mas foram duramente reprimidos pelas forças militares regenciais sob o comando do Marechal José Soares Andréia, responsável pela destruição dos últimos grupos cabanos. Ao final, a Cabanagem deixou um saldo de mais de 30 mil mortos. Para maiores informações ver Hurley (1936), Cruz (1942), Rocque (1984), Chiavenato (1984); Di Paolo (1990), Salles (1992).

Referências

ARIÉS, Philippe. A História das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). **A história Nova**. Coimbra: Almedina, 1990.

ABREU, José Coelho da Gama. **As Regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Grão-Pará e Amazonas.** Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1895.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compendio das Eras da Província do Pará.** Pará: Typ. de Santos & Menor, 1838.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda sessão pública aniversária. **Revista Trimestral de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil.** Tomo II. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1840.

BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**, v. 1, nº 1 – UFGD – Dourados, jan./jun. 2007.

BLANC, André. História social e geografia humana. In: GODINHO, Vitorino Magalhães [dir.]. **A história social: problemas, fontes e métodos.** Lisboa: Cosmos. 1967.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. A Longa duração. In: **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova.** 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **História e teoria social.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. **Corographia Paraense, ou descrição physica, historica e politica da provincia do Grão-Pará.** Bahia: Typ. do Diário, 1833.

CHIAVENATO, José Júlio. **Cabanagem: o povo no poder.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, Ernesto. **Nos Bastidores da Cabanagem.** Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.

DOBLES, M. Sc. Silvia Meléndez. La história ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. **Cuadernos Digitales: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales**, v. 7, nº 19, 2002.

_____. **História do Pará.** Belém: Universidade do Pará, 1969.

DOSSE, François. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia**. 2 ed. Belém: Cejup, 1990.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, nº 8, p. 177-197, 1991.

Extracto dos estatutos do IHGB. In: **Revista Trimensal de história e geographia ou jornal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Tip. da Ass. do Despertador. 1839.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**, v. I. Lisboa: Editorial Presença Lta, 1985.

FERREIRA, L. M.: Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 13, nº 2, p. 271-92, abr./jun. 2006.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUSDORF, Georges. **As revoluções da França e da América**: a violência e a sabedoria? Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HURLEY, Henrique Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936.

LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger (orgs.). **A história nova**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Turbas na floresta: representações da natureza amazônica na obra *Motins Políticos*. **Travessias** (UNIOESTE. Online), v. 4, p. 1-18, 2009.

MARTINS, Estevão de Rezende. (org.). **A História pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena história crítica. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOLINA, Manuel González de Molina. **Historia y medio ambiente**. Madri: Eudena, 1993.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Cientificismo e Sensibilidade Romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PÁDUA, José Augusto. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 6 (suplemento), p. 793-811, 2000.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Secção ethnographica e narrativa de viagem. **Revista do instituto histórico e geographico do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. In: José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán, (orgs.). **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia** / Belém: Paka-Tatu, 2002.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2 ed. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

_____. **Abertura do Amazonas**. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista tempo**, Rio de Janeiro, v. 22, 2006.

ROCQUE, Carlos. **Cabanagem**: epopéia de um povo. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

_____. O Romantismo na narrativa de um Barão Amazônico: Subjetividade, patriotismo e sentimentos na obra *Motins Políticos*. **Semina** (UPF), v. 8, p. 1-26, 2010.

SALLES Vicente. **Memorial da Cabanagem**: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.), **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

STEFANELLO, Ana Clarissa. **Metodologia do ensino de História e Geografia**: Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de história. Curitiba: Ed. IBPEX, 2008.

Recebido em: novembro de 2011.